

Público

14-02-2017

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 1243 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página(s): 14

14 • Público • Terça-feira, 14 de Fevereiro de 2017

## SOCIEDADE

# Procurador quer recompensa para arguidos dos vistos gold que confessem

Julgamento arrancou ontem com 17 arguidos, entre os quais o ex-ministro Miguel Macedo, que neste primeiro dia se remeteu ao silêncio. O seu advogado argumentou que nada do que fez constitui crime

**Justiça**  
Ana Henriques

O procurador da República que está acompanhar o julgamento dos processos dos vistos gold, que começou ontem, em Lisboa, quer ver recompensados os arguidos que colaborarem com a justiça, quer seja confessando crimes ou implicando outros réus.

“Qualquer arguido terá de ser devidamente compensado se colaborar com a descoberta da verdade”, defendeu o representante do Ministério Público, José Niza, sem se coibir de fazer referência ao chamado direito premial, que permite reduzir ou isentar de pena os criminosos arrependidos. Um mecanismo controverso que em Portugal é pouco usado, mas que se pode revelar útil nos casos de criminalidade de colarinho branco, difíceis de provar, disse o magistrado, por existir um pacto de silêncio entre os seus autores.

Numa entrevista que deu no Verão passado, o juiz Carlos Alexandre considerou ser positivo que se pudesse usar esse mecanismo, tendo explicado que a lei portuguesa já permite usar o recurso à figura do arrependido em casos especiais, como o tráfico de droga ou o terrorismo. Mas o Governo não tenciona ir mais longe nesta matéria, por entender que a redução ou o perdão de pena em troca da denúncia de outros parceiros pode violar a Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

A sugestão de delação caiu mal ao ex-bastonário dos advogados Rogério Alves, advogado do principal arguido do processo. “O direito premial são maus ventos que vêm do Brasil”, comentou o defensor do ex-presidente do Instituto dos Registos e Notariado, António Figueiredo. “Recordou-se aos arguidos que a sua confissão pode valer um prémio. Mas não se pode confessar o que não se fez”, disse Rogério Alves.

## Vasta rede de influências

Acusado de 12 crimes, da corrupção ao peculato e ao branqueamento de capitais, o antigo dirigente da administração pública é suspeito, entre outras coisas, de ter usado uma vas-



Miguel Macedo está acusado de três crimes de prevaricação e um crime de tráfico de influência

## Ex-director do SEF acedeu a pedidos “das mais variadas pessoas”

Foi dos poucos arguidos que ontem acedeu a prestar declarações em tribunal na fase inicial do julgamento. Ao ex-director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Jarmela Palos, são imputados dois crimes de prevaricação e um de corrupção passiva: terá desburocratizado em demasia os seus serviços no que às autorizações de residência para investimento em território nacional diz respeito — mas só nos casos que lhe convinham, diz o Ministério Público. Jarmela Palos diz, porém, que assim não era: diz que recebia pedidos “das mais variadas pessoas”, que encaminhava para os serviços resolverem. Até porque no caso dos vistos gold “todos os processos eram prioritários e

urgentes”, por assim ter sido “decidido a nível político.”

O antigo responsável pelo SEF disse mesmo que muitos outros processos que não os visados pela justiça neste caso tiveram despacho favorável dos seus serviços mais rapidamente do que aqueles que estão agora sob investigação — alguns, no próprio dia em que chegaram. E que os investigadores que montaram a acusação de que agora é alvo só por desconhecimento da lei podem ter achado que ele permitiu que fossem dadas autorizações de residência a quem a elas não tinha direito, ou que acelerou os respectivos processos sem razões válidas para o fazer. Foi nesta altura que

os juízes decidiram confrontá-lo com uma escuta em que é ouvido a oferecer-se a António Figueiredo, que era presidente do Instituto dos Registos e Notariado e lucraria com negócios imobiliários feitos por cidadãos chineses em Portugal, para agilizar o processo de uma cidadã da China chamada Miao-Miao: “Queres que apresse isso na Casa da Moeda?” O presidente do colectivo de juízes mostrou estranheza perante o empenho em resolver o problema de alguém que supostamente desconheciam. “Não vejo nada de anormal”, respondeu o ex-director do SEF.



ta rede de influências para angariar negócios imobiliários por forma a receber comissões pela venda de apartamentos de luxo a cidadãos chineses candidatos a vistos gold. Os processos seriam acelerados graças à intervenção do então director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Jarmela Palos, também arguido neste caso. António Figueiredo garante, porém, que apenas pretendia dedicar-se à exportação de vinhos para a China.

O colectivo de juízes que tem em mãos o destino dos 17 arguidos do processo não se comprometeu em relação a recompensar eventuais denúncias. Mas perante a recusa da maioria dos réus em falar em tribunal neste primeiro dia de julgamento o magistrado que preside ao julgamento deixou-lhes um aviso: “Não é a mesma coisa prestar declarações no início do julgamento ou no fim”, quando já se perceber em que direcção se pode estar a encaminhar a sentença. Suspeito de três crimes de prevaricação e um de tráfico de influência, o ex-ministro da Administração Interna Miguel Macedo é dos que por enquanto se recusaram a falar em julgamento — muito embora já tenha prestado detalhadas explicações à justiça na fase de inquérito do processo.

O seu advogado, Castanheira Neves, argumentou que nada do que fez constitui crime: pediu a um colega seu de Governo, o então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Paulo Núnico, para receber um amigo seu que participava num negócio de tratamento clínico de feridos de guerra líbios em Portugal mas entendia que não tinha de pagar IVA ao Estado português. O negócio acabou, de facto, por ficar isento de cerca de 1,8 milhões de euros de IVA, mas o antigo governante sempre negou ter interferido no sentido de uma decisão favorável aos interesses do empresário. Ou sequer ter participado naquela audiência, apesar de anotações que constavam de uma agenda encontrada no gabinete de Paulo Núnico indicarem, para a procuradora que deduziu a acusação, exactamente o contrário.

abhenriques@publico.pt